

A Covid-19 e o impacto nas empresas portuguesas

OPINIÃO: ANTÓNIO SARAIVA

A Covid-19 e o impacto nas empresas portuguesas



António Saraiva, presidente da CIP

António Saraiva



22.09.2020 / 07:32

A recessão que as empresas previam, é agora uma realidade mais profunda do que o antecipado aquando dos inquéritos que estão na base do relatório realizado em maio pela Intrum – uma edição especial do EPR – European Payment Report, o White Paper europeu 2020, que tem como objetivo analisar o impacto da pandemia COVID-19 nos pagamentos das empresas europeias.

Estou certo de que a percentagem de empresas que reportou um impacto severo nos seus negócios, tanto em Portugal como na Europa, seria hoje bem superior.

A degradação dos prazos de pagamento é, simultaneamente, como o relatório comprova, consequência desta recessão e causa de maiores preocupações das empresas quanto à redução da liquidez e à sua capacidade de sobreviver. Gera-se, assim, um círculo vicioso causado pelos efeitos cumulativos desta tendência. Um círculo vicioso que urge estancar.

Na CIP, a atenção que damos ao problema dos atrasos de pagamento não é de hoje. Os relatórios da Intrum a este respeito são sempre lidos e analisados por nós com grande interesse. A preocupação face ao impacto da atual crise neste domínio está presente nos inquéritos a que estamos a proceder em colaboração com o Marketing FutureCast Lab do ISCTE.

O mais recente desses inquéritos mostra-nos que a situação de tesouraria está a deteriorar-se com o aumento médio de 41 dias nos prazos de recebimento, reportado por um terço das empresas inquiridas. Neste inquérito, 55% das empresas respondeu que os seus prazos de recebimento se mantiveram e 12% indicou mesmo uma diminuição significativa desses prazos.

Podemos concluir que, embora a degradação dos prazos de pagamento não seja uma

realidade tão generalizada quanto temíamos, a dimensão do problema para as empresas que são por ele afetadas é deveras preocupante.

Mais do que nova legislação para lidar com este problema, precisamos de atacar a raiz das suas causas. Por isso, temos apelado, insistentemente, para a urgência de apoios mais robustos para as empresas poderem suportar a situação de quebra generalizada de receitas, através do reforço de medidas para sustentar a tesouraria e reorientando-as para soluções que favoreçam o reforço de capitais e não o endividamento.

Subscrevemos, além disso, a preocupação da plataforma Compromisso Pagamento Pontual, (iniciativa que a CIP integra, com a ACEGE e a APIFARMA, em conjunto com 1 374 empresas), quanto ao aumento dos prazos de pagamento pelas entidades públicas, nomeadamente na área da saúde.

Com efeito, enquanto em maio se verificou uma importante redução dos atrasos de pagamento aos fornecedores por parte das Administrações Públicas, em junho e julho essa redução foi completamente revertida. Não se compreende que, num momento em que as empresas estão em situação aflitiva de tesouraria, o Estado aumente os prazos de pagamento para lá do acordado, pressionando, assim, ainda mais, a delicada situação das empresa.

** António Saraiva, Presidente da CIP (Confederação Empresarial de Portugal)*

facebook

